



499

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0001732-26.2005.8.17.1090 (0301919-4)

ORIGEM: 2ª Vara Criminal da Comarca de Paulista
EMBARGANTE: GILSON JOAQUIM DE SANTANA
EMBARGADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Antônio Carlos Alves da Silva
PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Eleonora de Souza Luna
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE AMBIGUIDADE, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO DE PONTO SOBRE O QUAL DEVERIA PRONUNCIAR-SE O TRIBUNAL.

- 1 - Inexistindo no acórdão ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão em relação à matéria posta para julgamento, rejeitam-se os embargos.
2 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos embargos de declaração nº 301919-4, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, na sessão de 21/7/2014, à unanimidade de votos, em **REJEITAR OS EMBARGOS**, mantendo-se a totalidade do acórdão embargado, nos termos do voto do Relator, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 02 de 07 de 2014.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



500

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0001732-26.2005.8.17.1090 (0301919-4)

ORIGEM: 2ª Vara Criminal da Comarca de Paulista
EMBARGANTE: GILSON JOAQUIM DE SANTANA
EMBARGADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Antônio Carlos Alves da Silva
PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Eleonora de Souza Luna
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Por seu advogado constituído, GILSON JOAQUIM DE SANTANA opôs Embargos de Declaração contra o acórdão proferido, à unanimidade de votos, por esta Segunda Câmara Criminal, nos autos da Apelação Criminal nº 301919-4.

Nas razões de fls. 470/482, requer o embargante o recebimento e o julgamento dos embargos, de modo a se esclarecer os pontos por ele atacados.

Na resposta às fls. 490/495, a douta Procuradoria de Justiça Criminal observa que o inconformismo da Defesa se resume no fato de o Órgão Julgador haver decidido de forma diversa ao seu entendimento, sendo evidente, no caso, a nítida intenção de revisitar matéria já devidamente apreciada e requer, assim, a rejeição dos embargos.

Não se tratando de feito que dependa de inclusão em pauta, trago-o logo a julgamento.

Recife, 02 de 04 de 2014.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



505

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0001732-26.2005.8.17.1090 (0301919-4)

ORIGEM: 2ª Vara Criminal da Comarca de Paulista
EMBARGANTE: GILSON JOAQUIM DE SANTANA
EMBARGADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Antônio Carlos Alves da Silva
PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Eleonora de Souza Luna
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Sr. Presidente, Sr. Desembargador, Sr.(a) Procurador(a) de Justiça.

Conheço do recurso ante a presença dos pressupostos de admissibilidade.

Eis o teor do acórdão embargado: (fls. 433)

"EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CONDENAÇÃO. APELAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA. INVIABILIDADE. SENTENÇA CONDENATÓRIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NO ACERVO PROBATÓRIO. PLEITO DE REDUÇÃO DA PENA APLICADA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO § 4º, ART. 33, DA LEI 11.343/06. PENA REDUZIDA DE UM SEXTO. PEDIDO DE APLICABILIDADE DA FRAÇÃO MÁXIMA. CONSIDERAÇÃO DA QUANTIDADE, DOS TIPOS (MACONHA E COCAÍNA) E DA NATUREZA DAS DROGAS APREENDIDAS. REDUÇÃO, DE OFÍCIO, DA PENA DE MULTA. ADEQUAÇÃO À LEI 6.368/1976 VIGENTE À ÉPOCA DOS FATOS. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME."

Insurge-se a defesa técnica do embargante contra supostas obscuridades, contradição e omissões existentes no teor do acórdão.

Para tanto, sustenta que o julgado foi omissivo nos seguintes pontos: ausência de manifestação sobre a decisão do juiz de origem que denegou a realização do exame toxicológico; ausência de manifestação sobre o quantitativo de drogas apreendido e se tal seria suficiente para ensejar uma condenação por tráfico de drogas; ausência de indicação de qual conduta praticada pelo acusado foi capitulada como tráfico de entorpecentes e, por fim, ausência de utilização dos critérios descritos no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006 para aplicar a redução no seu patamar mínimo.

Pois bem.

É cediço que a função dos embargos de declaração é, apenas, a de afastar do acórdão qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a



502

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre a premissa argumentada e a conclusão.

A omissão, pois, está configurada quando o juízo ou tribunal deixa de apreciar questões relevantes para o julgamento. Neste sentido, a decisão do Colendo STJ:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR. EFEITO SUSPENSIVO EM RECURSO ESPECIAL. LIMINAR CONCEDIDA. 1. A jurisprudência consagrou a compreensão de que o Tribunal não está obrigado a responder a todos os argumentos dos recursos. 2. Não há omissão quando o acórdão não incursiona no detalhamento, desde que contenha fundamentos suficientes para justificar a conclusão adotada. 3. Embargos rejeitados. (EDcl no AgRg na MC 2.013/RJ, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/10/2000, DJ 10/09/2001, p. 364)" (grifei)

Deste modo, não padece de ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão o acórdão que enfrenta as questões essenciais ao deslinde da controvérsia, apenas com conclusão desfavorável à parte.

Contudo, tal instrumento, como era de se esperar, está sendo utilizado pelo recorrente como maneira de reapreciação da sua causa. Ocorre que, ao contrário do que alega a Defesa, a simples leitura dos votos e do acórdão respectivo evidencia que as questões suscitadas foram devidamente analisadas.

No caso, não devem ser acolhidas quaisquer das alegações recursais, vez que, como bem destacado no voto, este Colegiado decidiu, quanto à preliminar de nulidade por ausência de exame toxicológico, que tal procedimento, além de não ser obrigatório, não era essencial ao julgamento. Veja-se:

"PRELIMINAR DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE EXAME TOXICOLÓGICO A Lei de Drogas, em seu art. 55, 5º, diz que o juiz, caso entenda imprescindível, determinará a apresentação do preso para a realização de exames e perícias. Nestes autos, inexistiu dúvida a demonstrar a necessidade da realização do exame de dependência de drogas no acusado, vindo a jurisprudência, ainda, a facultar ao Juiz a realização ou não do referido exame. Com efeito, não é obrigatória a realização de exame toxicológico de dependência. Ao contrário, a necessidade da providência deve ser auferida pelo dirigente procedimental em cada caso, sendo o critério de determinação o livre convencimento do magistrado. Essa perícia médico-legal somente será necessária quando houver dúvida quanto à integridade do poder de autodeterminação do réu ou existir evidência de que o comportamento delituoso ocorreu em virtude de dependência do réu ao uso de substância entorpecente.[...]" (fls. 434)

Nas contrarrazões (fls. 493), a Procuradoria de Justiça já rebatera a apontada omissão nestes termos:



503

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

"[...] O órgão julgador, para motivar sua decisão, não precisa se manifestar acerca de todos pontos arguidos pela defesa. Ou seja, não se lhe exige a análise pormenorizada, linha a linha, da peça de defesa, impondo-se apenas o dever de explicitar os motivos da decisão, o que foi realizado por essa Câmara Criminal. Em relação a suposta nulidade do feito por indeferimento do exame toxicológico requerido pela defesa, registra-se que a matéria foi tratada expressamente em preliminar, sendo rejeitada porque essa Câmara Criminal entendeu que, pela análise das provas contidas nos autos, não havia dúvidas acerca da capacidade de autodeterminação do Embargante a justificar a referida medida. Além disso, destacou-se a facultatividade da realização do referido exame, em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Logo, não há como acolher o pleito defensivo." (grifos nossos)

No mérito, rebatendo as alegadas ausências de manifestação sobre o quantitativo de drogas apreendido e de indicação da conduta praticada pelo acusado, a matéria foi assim apreciada: (fls. 435/437, 438 e 439)

"[...] Inconformado, o réu interpôs recurso de apelação, sustentando que não restou configurada a prática do delito de tráfico, mas, sim, o seu estado de usuário. Alega fragilidade das provas da acusação e que o **quantitativo** das drogas apreendidas é pequeno, corroborando a apontada condição. Todavia, em que pese os argumentos trazidos pela combativa Defesa no sentido de que o acusado é apenas usuário de drogas, entendo que se trata, no caso dos autos, de crime de tráfico de entorpecentes. De fato, a materialidade do delito restou comprovada pelo Auto de Apresentação e Apreensão de fls. 22, o Laudo Preliminar de Constatação de fls. 32, a Perícia de fls. 121/131 e pela prova pessoal produzida. Quanto à autoria, não há dúvidas de que o apelante, com a sua **conduta**, cometeu o delito narrado na peça inicial, vez que o contexto probatório remanescente das declarações do réu, dos depoimentos das testemunhas e da apreensão das substâncias entorpecentes, autorizam o decreto condenatório. Acrescente-se que não basta a alegação de que o acusado seja um usuário de substância entorpecente, o que é perfeitamente compatível com o crime de tráfico, mas deve ser inequivocamente demonstrado que o produto era exclusivamente para uso próprio. Nesse sentido, a **lição doutrinária**: 'A solução, contudo, encontra-se, a nosso ver, no princípio de que major absorvet minorem. Se possível, através das condições ou circunstâncias referidas no art. 37, concluir-se que alguém, além de trazer consigo para uso próprio, também guarda, vende, importa, exporta, etc., prevalecerá como delito único o mais grave, com as penas do art. 12. A lei, criando a dicotomia acima referida, considerou que o perigo social criado por aquele que traz consigo para uso próprio é menor que o perigo do que trafica, ministra, dissemina. Destarte, se verificado o fato do perigo maior, absorvido o delito que visa o perigo menor. Observe-se, também, que a incidência exclusiva do art. 16, que comina pena mais branda, só é admissível quando totalmente excluída a possibilidade de que o guardar, o adquirir ou trazer consigo possa vir a ser destinado a um fim que não seja o próprio. [...]' (GRECO FILHO, Vicente. Tóxicos, Prevenção - Repressão, 12ª edição, São Paulo, Saraiva, 2006 p. 98-99). O fato de alguém ser encontrado com razoável quantidade de substância entorpecente, de o local ser daqueles conhecidos como ponto de venda de drogas, não ter atividade laboral certa e definida, por certo são



501

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

indícios mais que suficientes para uma condenação no delito de tráfico.

Veja-se que a autoridade policial, no relatório (fls. 37 e 38), destacara que: '[...] O autuado GILSON JOAQUIM DE SANTANA, em seu contraditório interrogatório, relata que apesar de não ser usuário de cocaína, teria comprado a droga pelo valor de R\$20,00 por curiosidade e que comprara na sexta-feira no 'Campo do Branco', local onde se fuma e vende várias drogas, confirmando que realmente estaria no local onde os policiais estiveram na sexta-feira em que ele fugiu. Também em seu relato diz ser viciado em 'maconha' há quinze anos e que sempre está neste local onde fumam e vende-se droga. Foi encontrado em sua carteira, um papel com contas de alto valor para quem está desempregado, em que o mesmo não sabe dizer quem colocou nem porque estava em sua carteira, apesar da data ser de um dia anterior ao flagrante. [...] A prova testemunhal é visual e sobeja o suficiente para que se debite ao acusado a culpabilidade no delito por ele praticado e ora relatado.' De todo modo, a declaração isolada do acusado, de ser apenas usuário de drogas e não traficante, além de não ter sido comprovada, não detém força suficiente, por si só, para enquadrar a sua conduta no art. 28 da Lei nº 11.343/06. [...] No caso, considero irretocável a sentença recorrida, merecendo transcrição os seguintes excertos, inclusive, para melhor apreciação da matéria em debate: (fls. 375/378 e 379) '[...] Procedo, agora, à análise da autoria. O acusado negou em juízo a autoria do delito, pois apesar de reconhecer que estava em poder da cocaína, disse que era a primeira vez tinha comprado a droga para usá-la. [...] Apesar da negativa do acusado, todas as testemunhas ouvidas em juízo confirmaram que 'Lico' (como é conhecido o acusado), segundo denúncias anônimas, era traficante da área e foi encontrado em poder de cocaína e crack. [...] As declarações do acusado não se mantêm quando confrontadas com os depoimentos dos policiais, coerentes e convergentes em seus pontos essenciais, sobretudo no que atine ao fato de que denúncias anônimas já noticiavam o tráfico de entorpecentes realizado por 'Lico' e quando da abordagem foi encontrada maconha e cocaína em poder dele. Analisando os depoimentos colhidos em juízo, restou para mim comprovado que o acusado realmente estava em poder de mais de um tipo de droga para fins de tráfico. [...] Além disso, não só pelos depoimentos dos policiais chego à conclusão da autoria do crime de tráfico de drogas que deve ser imputada ao denunciado, **mas também pelo acréscimo de todos os outros elementos indiciários circundantes demonstrados alhures, dentre eles, repito, as circunstâncias da prisão e a inconsistência do interrogatório do acusado.** [...] (grifei)

E, adiante, o voto desta Relatoria prossegue: (fls. 439)

"Verifica-se nestes autos que o acusado foi condenado à pena de cinco anos de reclusão, no regime inicial fechado, e ao pagamento de 500 dias-multa, como incurso **no delito de tráfico, por trazer consigo 35,287g de maconha e 1,078g de cocaína.** Outrossim, que a Defesa do réu não se desincumbiu em fazer prova da exclusividade do uso próprio ou pessoal das drogas com ele apreendidas. Do contrário, a prova testemunhal colhida durante a fase inquisitorial e em juízo, sob o crivo do contraditório, faz concluir que o apelante era proprietário da substância apreendida e estava imbuído da intenção de traficância. [...] Consoante destacado na sentença, os relatos dos policiais empenhados na operação que culminou com a prisão em flagrante do acusado



505

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

são firmes no sentido de que este estava envolvido com a traficância local. [...] Por outro lado, o denunciado apresentou versões fantasiosas e distintas do restante do conjunto probatório, no sentido de que seria usuário de maconha há 15 (quinze) anos e que adquirira a cocaína tão-somente por curiosidade e porque estava sendo oferecida com preço acessível. Ademais, com relação às drogas apreendidas, o crime em comento é de ação múltipla ou conteúdo variado, apresentando várias formas de violação da mesma proibição, de sorte que, para sua consumação, é suficiente a prática de uma das ações ali previstas, sendo prescindível a efetiva comprovação da mercancia. Deste modo, para a configuração do crime de tráfico, basta a ocorrência de uma das ações delineadas no tipo penal. O certo é que o julgador de origem analisou detidamente todo o conjunto probatório, valorando corretamente os elementos contidos nos autos, não havendo que se falar em insuficiência de provas, notadamente quando respeitados o contraditório e a ampla defesa.[...]" (grifos nossos)

Outrossim, trago à colação o trecho do voto do eminente Desembargador Revisor: (fls. 446 e 449)

"[...] Passo ao enfrentamento de todos e cada um dos argumentos de mérito tecidos no apelo. A autoria do crime de tráfico, em que pese a irresignação recursal, está manifestamente comprovada, sobretudo pelos depoimentos das testemunhas arroladas pela acusação (policiais civis), as quais confirmaram as declarações feitas perante a autoridade policial. [...] Já o apelante, tanto em sede policial como em juízo (folhas 16/17 e 269/272), nega a sua condição de traficante. Afirma que era usuário de maconha, mas nega que a erva apreendida fosse sua. Quanto à cocaína, disse que se destinava ao próprio consumo e que seria a primeira vez que usaria a droga, por mera curiosidade. A alegação de que era, ao tempo do fato, mero usuário de maconha, não isenta o apelante de responsabilidade na medida em que a quantidade de *cannabis sativa* com ele encontrada foi de 35 (trinta e cinco) gramas. Considerando que cada cigarro de maconha leva, em média, de 0,5 (zero vírgula cinco) a 1,0 (um) grama da erva, a quantidade apreendida poderia resultar em até 70 (setenta) cigarros de maconha, quantidade muito considerável para um mero usuário. Interessante observar que, conquanto o apelante afirme que era usuário de maconha à época do fato, ele nega a posse da erva e reconhece a posse da cocaína, droga a qual afirma nunca ter usado! Ora, se a linha de defesa do acusado era no sentido de demonstrar a sua condição de usuário contumaz de maconha, porque então negou a propriedade da *cannabis* que foi apreendida com ele? Portanto, analisando criteriosamente as referidas provas produzidas, entendo não merecer guarida o primeiro argumento de mérito do apelante. [...] Os motivos expostos acima, consequentemente, afastam também o segundo pleito do apelante (desclassificação para o crime do artigo 28 da lei nº 11.343/2006). O recorrente pode até ser também usuário, mas as circunstâncias que envolveram sua prisão (denúncias anônimas, investigação policial preliminar, local onde ocorreu a prisão – no qual existe intenso tráfico de drogas, apreensão de dois tipos diferentes de droga, quantidade da droga apreendida, etc.) indicam a prática de um dos núcleos do artigo 12 da lei nº 6.368/1976 ("trazer consigo" substância entorpecente). Não há que se falar em mera posse de drogas para uso pessoal. [...]"



506

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva
Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

E das assertivas do Ministério Público, destaco: (fls. 493)

"[...] No tocante a condenação do Embargante propriamente dita, a defesa questiona o quantitativo de drogas que foram apreendidas pela autoridade policial e a conduta praticada pelo Embargante. Ora, este foi o cerne central do julgado dessa Câmara Criminal tendo, ao final, essa Câmara Criminal, unanimemente, decidido pela manutenção da condenação do Embargante – preso em flagrante na posse de substância entorpecente – com base nos testemunhos colhidos nos autos e porque a versão de ser mero usuário de drogas sustentada pelo Embargante não encontra amparo nos autos.[...]" (grifei)

Deste modo, não procedem as alegações do embargante no sentido de que, ***"do acórdão proferido, não foi possível vislumbrar algum trecho sintetizado pela E. Relatoria acerca do suposto quantitativo de drogas apreendido"*** e, ainda, que ***"não houve nenhum juízo valorativo por parte do Eminent Relator acerca do quantitativo da substância apreendida pelos agentes."*** (fls. 476)

Por fim, quanto à alegação de obscuridade a respeito da pretendida redução da pena no seu patamar máximo, tem-se que o acórdão tão-somente manteve a sentença, lançada nestes termos:(fls. 380)

"[...] Incide a causa especial de diminuição de pena prevista no artigo 33, §4º, da Lei 11.343/06, pois o réu é primário, tem bons antecedentes e não há notícias de que ele integre organização criminosa ou se dedique a atividades criminosas. Considerando a quantidade e os tipos de droga - maconha e cocaína - e ainda a natureza desta última droga, de alto poder destrutivo, reduzo a pena em 1/6 (um sexto), fixando-a definitivamente em 05 (cinco) anos de reclusão, à míngua de causas gerais ou especiais de aumento de pena." (grifos nossos)

Já o voto ora embargado fez consignar que:

"Quanto ao pleito de aplicação do redutor em sua fração máxima, melhor sorte não assiste ao recorrente. É que, em razão da causa de diminuição da pena de que trata o art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006, preenchidos os requisitos legais, correta a aplicação do redutor na fração mínima, qual seja, de 1/6 (um sexto). Isto porque é necessário, no caso concreto, ponderar a qualidade, a quantidade e a natureza das drogas apreendidas em poder do acusado."

No caso, não vislumbro violação ao art. 619 do CPP, vez que esta relatoria examinou a legislação, a doutrina e a jurisprudência que entendeu pertinentes ao julgamento do apelo, encerrando-se, com isso, a prestação jurisdicional.

Observe-se que a decisão embargada tratou da matéria trazida nas razões recursais quanto ao exame toxicológico e o quantitativo de drogas apreendido, bem como sobre a consumação do delito e a aplicação do redutor, que, por seu turno,

7



507

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-040. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

havia sido todos considerados no Juízo de origem. O voto desta Relatoria e o do eminente Desembargador Revisor apreciaram as questões apontadas como ausentes do julgado desta Câmara Criminal.

A toda evidência, os argumentos expendidos pelo recorrente demonstram a pretensão de rediscutir questões já decididas e devidamente fundamentadas. No entanto, não se prestam os embargos de declaração para adaptar o acórdão ao entendimento do embargante, nem para combater a orientação adotada no julgado.

Feitas tais considerações, voto no sentido de **rejeitar os embargos de declaração**, por entender inexistentes os vícios elencados no art.619 do CPP.

Recife,

02

de

07

de 2014.

Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator